

O TRABALHO NO LIVRO 1984: INTERFACE ENTRE A LITERATURA, O ESTADO E AS RELAÇÕES TRABALHISTAS

*Pâmela de Rezende Côrtes¹
André Matos de Almeida Oliveira²*

RESUMO:

As distopias são trabalhos literários que dialogam diretamente com visões e teorias políticas. Nesse sentido, a obra 1984 de George Orwell é de uma riqueza sem fim para análises sociais e políticas. O Estado absoluto presente na obra tem como uma das formas de controle dos indivíduos as relações de produção. Este trabalho pretende fazer um recorte dessa obra, analisando o papel do trabalho na trama, as relações trabalhistas e de poder que se estabelecem e o papel do Estado nessas relações e na regulação do trabalho. O papel do trabalho, as ocupações possíveis, a hierarquia no trabalho “público”, as condições de trabalho e a oferta de oportunidades são importantes na criação do cenário de ditadura total e controle absoluto sobre os sujeitos. Pretende-se avaliar a existência de trabalho forçado nessa obra, utilizando para isso as definições da OIT das várias modalidades de regulação do trabalho. A partir daí, a análise será extrapolada para a impossibilidade de um trabalho livre numa sociedade que não tenha a liberdade como um direito fundamental de sua organização política, demonstrando como a distopia serve para alertar dos perigos de um Estado não democrático para as relações trabalhistas e para a cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho Forçado; Direito; Literatura.

1 INTRODUÇÃO

As distopias são trabalhos literários que apresentam uma visão pessimista quanto à condição da humanidade e das sociedades, contrapondo-se às utopias. Em 1984, de Orwell, tal extrapolação da realidade é levada às suas últimas consequências sem com

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direito, área de concentração Direito e Justiça, pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Pesquisadora da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – Fapemig. Bacharel em Ciências do Estado pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

² Bacharelado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Monitor do Programa de Iniciação à Docência do Departamento de Direito do Trabalho e Introdução ao Estudo do Direito da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

isso, no entanto, perder seu caráter realista e sua assustadora verossimilhança com a realidade e com o contexto histórico em que a obra estava inserida.

Distopias, nesse sentido, dialogam com e são influenciadas diretamente por visões e teorias políticas, fazendo com que a literatura seja alçada a um campo fértil de reflexão política e sociológica. A obra 1984, como importante produto dessa tradição, é fonte de uma riqueza sem fim para análises sociais e políticas. Os medos de uma sociedade totalitária e de um Estado que não respeita a liberdade não são exclusividade de uma época, mas são intrínsecos à atividade da filosofia política e do direito.

Uma das formas de controle da liberdade dos indivíduos é por meio das relações de produção. O Direito e o Estado, por isso, devem ser balizadores das relações trabalhistas, protegendo os trabalhadores e estabelecendo limites às formas de utilização de mão de obra. No entanto, no livro de Orwell, o próprio Estado serve como um explorador ilimitado do trabalho. Os “cidadãos” de Oceânia são meros instrumentos utilizados pelo Estado totalitário, sua mão de obra serve apenas para o fim de aumentar, corroborar e aplicar o poder totalitário do Estado. A função do trabalho é, dessa forma, cíclica: trabalhar mais para alienar-se mais; alienar-se mais para trabalhar mais. A liberdade, ao contrário de garantida e ampliada, deve ser extirpada; o mínimo de liberdade que, por exemplo, Kelsen defende existir até mesmo no Estado mais totalitário, vai, por meio do trabalho, como em uma função exponencial inversa, tendendo a zero, tendendo ao desaparecimento.

O papel do trabalho, as ocupações possíveis, a hierarquia no trabalho “público”, as condições de trabalho e a oferta de oportunidades são importantes na criação do cenário de ditadura total e controle absoluto sobre os sujeitos. Por outro lado, o poder do Estado, total, absoluto, elimina qualquer possibilidade de manifestação do indivíduo na Esfera Pública, pulverizando assim os conflitos e as tensões sociais, mas ao mesmo tempo esmagando a individualidade e possibilidade de desenvolvimento completo e digno dos habitantes de Oceânia. Pretende-se avaliar a existência de trabalho forçado nessa obra, utilizando-se para isso das definições da OIT das várias modalidades de regulação do trabalho. A partir daí, a análise será extrapolada para a impossibilidade de um trabalho livre numa sociedade que não tenha a liberdade como um parâmetro fundante de sua organização política, demonstrando como a distopia serve para alertar dos perigos de um Estado não democrático para as relações trabalhistas.

2 A OBRA 1984, DE GEORGE ORWELL

É difícil destacar ao longo da história da literatura obras que sejam os clássicos que permanecerão, apesar do tempo. Contudo, certamente o livro 1984 estará em qualquer lista respeitável das obras mais importantes de todos os tempos. Em sua distopia – extrapolação e abordagem pessimistas da condição humana e social –, Orwell apresenta reflexões sobre a natureza humana e a natureza das sociedades políticas. Os temores de todos com relação ao poder são universais, perenes, e sua publicação, em 1949, contribuiu e ofereceu novos elementos para aprofundar o nível de análise da filosofia política e do Direito sobre esse tema.

A história acontece na Oceânia, um dos três Estados existentes no mundo. A guerra é a única realidade existente, e essa guerra se estende não só aos três Estados, mas a estes com relação a inimigos internos. Há sempre um inimigo, um canalizador do ódio que se expressa não só nos 2 minutos de ódio, mas em todas as chances possíveis. Esse ódio em Oceânia é direcionado ora a um dos Estados, a Lestásia, ora a outro, a Eurásia. Os arranjos da política externa são instáveis. Mas, internamente, há só um inimigo, Emmanuel Goldstein. Ele era um membro do partido governante, mas se insurgiu e transformou-se no inimigo de todos os moradores da Oceânia. Todos os problemas são creditados a ele, e todos os insurgentes certamente estão à sombra do “Grande Inimigo”.

Por outro lado, a figura que comanda e para a qual todos devem se voltar é a figura do Grande Irmão. Ele é a representação do poder, do messias, do salvador, símbolo do Estado e da unidade da Oceânia. Contudo, é preciso esclarecer que não é possível dizer até que ponto esses personagens “existem”, ou são apenas construções simbólicas do poder. Em 1984, a fronteira entre a existência e a não existência, a individualidade e difusão é tênue e, de fato, parece estar sendo forçada a desaparecer.

Algumas informações são importantes sobre a estrutura da trama. Primeiro, é a linguagem. A língua oficial é a novilíngua, língua criada com o objetivo de limitar ao máximo as expressões idiomáticas desnecessárias, as conexões frasais, a beleza da poesia e os instrumentos da liberdade de expressão. Todos os comunicados são escritos em novilíngua, assim como as notícias.

O lema do partido é elemento fundamental não só na história, mas na análise que se sucederá ao longo desse artigo. Os três slogans do partido são: Guerra é paz; Liberdade é escravidão; Ignorância é força. Toda a estrutura política e social da obra pode ser destrinchada com base nessas frases. Primeiro, a necessidade de ter sempre um

inimigo para alcançar a paz social e forçar ao máximo os limites dos trabalhadores e “cidadãos” em nome da vitória na guerra contra os outros Estados.

O último slogan tem relações diretas não só com a pacificação, mas com a função do personagem principal, Winston Smith. Ele é um funcionário do Ministério da Verdade. Ironicamente, é lá que a verdade é fabricada, alterada e remexida para que toda conduta do governo pareça sempre um passo à frente. Quando a guerra se altera, e o aliado é outro, mudam-se todos os registros anteriores até que a verdade seja aquela que o partido definiu: o inimigo fora sempre o mesmo. O mesmo acontece com relação às quantidades de chocolate, por exemplo, distribuída a cada um. Se a quantidade diminuía, logo a verdade era alterada até que de fato ela tivesse aumentado se comparada a qualquer registro do governo. O segundo slogan nos dá o direcionamento dessa pesquisa. Não há liberdade. Esse ponto é fundamental na história. A liberdade está no cumprimento das ordens, ela não existe a não ser como o seu oposto, a liberdade está subsumida na escravidão de ideias, de linguagem, de ocupação funcional. Esse exercício de definir pelo contraste, anulando os conceitos para que eles sejam fruto de deliberação do partido, é um dos princípios do Socing, sistema político que reinava na Oceânia. É chamado de duplipensamento e também é fundamental na construção da narrativa. Duplipensamento é a habilidade de pensar o 1 e o -1 como se fossem identidade, é a completa anulação da lógica em nome da pacificação social. Duplipensamento, novafala e a mutabilidade do passado são outras três chaves de compreensão fundamentais.

3 A NÃO LIBERDADE EM 1984

Um dos princípios das distopias é a inexistência da liberdade humana. Diz-nos Carolina Dantas de Figueiredo:

As distopias revelam justamente o contrário das utopias, longe de serem harmônicas, obras como Admirável Mundo Novo, de Aldous Huxley 1984 de George Orwell e Farenheit 451 de Ray Bradbury mostram um mundo onde os sujeitos são submetidos a um poder central, totalitário e têm suas liberdades individuais continuamente cerceadas.³

Em 1984, a não existência da liberdade está expressa no lema do partido. Inexiste liberdade tanto no sentido de liberdade de escolha, de opção, quanto liberdade de ação, ou seja, de disposição ou de condições que permitam o livre fluxo do devir humano. O controle é totalizante, absoluto. Está nas mãos do partido decidir não só

³ FIGUEIREDO, Carolina Dantas de. Da utopia à distopia: política e liberdade. *Revista Eutomia*, ano II, nº 1 p. 324-362, p. 356, 2003.

sobre o tipo de escolha que os indivíduos devem fazer, mas também sobre o tipo de pensamentos que eles podem ter. Uma das figuras que limitam a liberdade de pensamento é a chamada Polícia das Ideias. Ninguém é livre para escolher qualquer coisa ou pensamento que seja contrário ao partido, ao sistema político, à verdade forjada ou aos lemas e contradições que a estrutura política encerra. O duplismo também é uma das estratégias de controle sobre a escolha humana. Não há capacidade de autodeterminar-se quando não há noção de si e do mundo, da verdade e da mentira, do justo e do injusto, do livre e do escravo. Mas tampouco se é livre para agir. O espaço de ação está cerceado a todo momento pelo controle social difuso. Qualquer ato em falso pode ser denunciado não só pela Polícia, mas pelos outros moradores de Oceânia. Qualquer um é potencialmente um espião. A todo tempo, o Grande Irmão está controlando os passos das pessoas por meio das teletelas, instrumentos feitos tão somente para se certificar de cada passo em território da Oceânia. Cada ação só é possível dentro da ótica da coletividade, tudo deve ser feito em nome da perpetuação do sistema, das pessoas, da extensão do estado presente indefinidamente.

4 O TRABALHO EM 1984

Daqui para frente, as análises são mais delicadas, porque praticamente não há pesquisas que analisem a concepção de trabalho presente nessa obra de George Orwell. O que se fará será uma recapitulação baseada na leitura da obra em si, e depois as extrapolações baseadas na concepção de trabalho forçado da OIT e da inexistência de liberdade nas distopias como um todo.

4.1 A DIVISÃO DO TRABALHO

Existe uma divisão social do trabalho. Existe o Núcleo do Partido, casta dirigente e que detém tanto o poder como os melhores produtos disponíveis. “É tudo reservado para o consumo do Núcleo do Partido. Os pulhas têm de tudo, para eles nunca falta nada”⁴. Há ainda os demais membros do partido, no qual se inserem o personagem principal, Winston Smith, e a personagem que o desperta para o mundo, Júlia. Eles compõem os corpos intermediários, como esclarece Montesquieu, que dão condição de existência à autoridade de um ou, no caso, do Partido. Eles são o sustentáculo do governo, ocupam os ministérios e dão condição de existência ao regime político. Em

⁴ ORWELL, George. 1984. Tradução Alexandre Hubner, Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 170.

terceiro lugar, há os proletas. Correspondem aos proletários, são o grosso da mão de obra e são os responsáveis pela manutenção material da Oceânia: “Desde que continuassem trabalhando e procriando, suas outras atividades careciam de importância”⁵. Eles se mantêm de alguma forma à margem do controle total, por não apresentarem suposto perigo à hegemonia do partido. É a classe operária, vista como subalterna. Afirma Syme, um dos membros do partido: “Os proletas não são seres humanos”⁶. É interessante notar que, embora o trabalho seja vigiado e controlado, a vida particular corresponde a certa liberdade. Ainda, é nos proletas que Winston deposita suas esperanças, nesses “[...] oitenta e cinco por cento da população de Oceânia [...]” onde enxergava ser a única “[...] possibilidade de que se gerasse força capaz de destruir o partido”⁷.

É possível ainda destacar ainda uma quarta casta, que corresponde aos moradores das fronteiras entre os Estados. Devido à beligerância ininterrupta, os moradores das fronteiras são subjugados à condição de peças de reposição.

Entre as fronteiras dos superestados, e sem pertencer permanentemente a nenhum deles, situa-se um quadrilátero grosseiros cujos ângulos localizam-se em Tânger, Brazzaville, Darwin e Hong Kong, e que contém em seu interior cerca de um quinto da população terrestre.⁸

Esses territórios apresentam mão de obra barata, são corpos à disposição do Estado que os comanda, sempre um comando frágil e suscetível a mudanças com a reformulação de alianças.

Os habitantes dessas áreas, reduzidos de forma mais ou menos explícita à condição de escravos, passam continuamente das mãos de um para as mãos de outro conquistador e são usados como se fossem carvão ou óleo na corrida para fabricar mais armamento, para conquistar mais territórios, para controlar mais força de trabalho, para fabricar mais armamento, para conquistar mais territórios, e assim indefinidamente.⁹

4.2 ORIGENS DA DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO PARA GEORGE ORWELL

Num dado momento da história, é entregue a Smith o livro que supostamente fora escrito por Goldstein, o inimigo. Nesse livro, Orwell nos dá boas pistas sobre como se chegou ao novo cenário mundial e à forma de divisão do trabalho. É importante ter

⁵ Ibidem, p. 90.

⁶ Ibidem, p. 69.

⁷ Ibidem, p. 88.

⁸ Ibidem, p. 222.

⁹ Ibidem, p. 223.

em mente que há sempre certo respaldo histórico para as conclusões, uma vez que o autor situa essa distopia num futuro próximo do momento em que escrevia.

Nesse livro, o personagem descreve os antecedentes históricos que culminaram no Socing. Declara que, no início do século XX, o que se imaginava para o futuro era uma sociedade farta, “inacreditavelmente rica, ociosa, organizada e eficiente – um mundo antisséptico, cintilante, de vidro e aço e concreto branquíssimo [...]”¹⁰.

Mas o enriquecimento não se confirmou, e a suposta liberdade humana advinda do desenvolvimento tecnológico que nos tornaria indivíduos abastados e ociosos tampouco. Com a existência e força de muitas outras guerras, a capacidade e o potencial de esplendor civilizatório foram minados. Não só pelas guerras, mas também pela própria estrutura do sistema capitalista.

Assim que [a máquina] surgiu, ficou claro para todas as mentes pensantes que os homens já não seriam obrigados a trabalhar – e que, como consequência, em grande medida a desigualdade entre eles também desapareceria. [...] Claro, era possível imaginar a riqueza, no sentido de bens e luxos pessoais, fosse distribuída equitativamente, enquanto o poder permanecia nas mãos de uma pequena casta privilegiada. Na prática, porém, uma sociedade desse tipo não poderia permanecer estável por muito tempo.¹¹

A descrição da nova ordem mundial existente no mundo de 1984 é guiada pela postura política do autor e pelo momento histórico em que ele se encontrava imerso. As distopias refletem preocupações e ideologias dos seus autores e de sua época. No início do século XX Orwell presencia não só a 1ª e a 2ª Grandes Guerras, como a crise de 1929. Esses fatos históricos o marcam tanto quando da feitura de sua obra, que ele chega a decretar que “a fase final do capitalismo” se dá entre “1920 e 1940”¹², e depois disso sobe lentamente o Socing.

E é sobre o discurso do anticapitalismo que surge o movimento autoritário e totalitarista que culmina no amor incondicional ao Grande Irmão. De acordo com Winston, os capitalistas

[...] eram os donos do mundo. Tudo o que existia era em proveito deles. [...] as pessoas comuns, os trabalhadores, eram escravos deles. Eles podiam fazer o que quisessem com vocês [as pessoas comuns]. Podiam mandar vocês para o Canadá feito gado. Podiam dormir com as filhas de vocês, se quisessem. Podiam mandar açoitá-los. Vocês tinham de tirar o boné quando passavam por eles. Todo capitalista era acompanhado por um bando de lacaios [...]¹³

¹⁰ Ibidem, p. 224.

¹¹ Ibidem, p. 225.

¹² Ibidem, p. 226.

¹³ Ibidem, p. 111.

Contudo, a resposta ao capitalismo é um regime igualmente opressor. Talvez, nesse momento, Orwell estivesse diretamente influenciado pelos horrores da Revolução Russa e da União Soviética. No lugar de um sistema igualitário, formou-se uma casta de dirigentes que não davam conta da liberdade dos cidadãos. A descrição do Núcleo do Partido pode ser esclarecedora:

De acordo com os padrões do século XX, mesmo um membro do Núcleo do Partido leva uma vida austera e laboriosa. Ainda assim, os poucos luxos de que usufrui – seu amplo apartamento bem equipado, a textura melhor de suas roupas, a melhor qualidade do que come, bebe e fuma, seus dois ou três empregados, seu carro ou helicóptero particular – colocam-no num mundo bem diferente daquele onde vivem os membros do Partido Exterior, e os membros do Partido Exterior ostentam vantagem similar em relação às massas indistintas a que chamamos “proletas”.¹⁴

A guerra vivida no contexto da obra é uma guerra de “destruição, não necessariamente, de vidas humanas, mas dos produtos do trabalho humano.”¹⁵ No início do século XX existiam condições de diminuir a necessidade do trabalho alienante, e a

[...] igualdade humana tornara-se tecnicamente possível [...] Só que aproximadamente nos anos 1940 todas as principais correntes de pensamento político eram autoritárias. O paraíso terrestre fora desacreditado exatamente no instante em que se tornara praticável. Todas as novas teorias políticas, seja lá como se autodenominassem, reeditavam as ideias de hierarquia e regimentação. E no enrijecimento geral de perspectivas instaurado por volta de 1930, algumas práticas havia muito abandonadas, em alguns casos centenas de anos – prisões sem julgamento, escravização de prisioneiros de guerra, execuções públicas, tortura para extrair confissões, uso de reféns e deportação de populações inteiras -, não apenas voltaram a se tornar comuns, como eram toleradas e defendidas até por pessoas consideradas esclarecidas e progressistas.¹⁶

4.3 NÃO HÁ SUBJETIVIDADE

Há quatro castas sociais que decorrem de seus papéis na divisão do trabalho, como foi apresentado anteriormente. Dessas, a que está no último degrau da pirâmide tem uma condição explícita de escravo, para ficar com as palavras do próprio autor. São uma massa que permite que a guerra exista, sendo não só a razão da guerra, mas a fonte de mão de obra para todo o aparato de guerra. Se a guerra é por força de trabalho, já que os superestados são autossuficientes no quesito matérias-primas, é por causa desse um quinto de apátridas que Oceânia, Lestásia e Eurásia armam e desarmam suas alianças.

¹⁴ Ibidem, p. 227

¹⁵ Ibidem, p. 226.

¹⁶ Ibidem, p. 241.

Mas isso não garante às demais castas a condição de liberdade. Os proletas, um degrau acima da pirâmide social, tampouco são livres. O partido afirmava ter libertado os proletas da condição de escravos a que estavam submetidos quando do regime capitalista. Contudo, “desde que continuassem trabalhando e procriando, suas outras atividades careciam de importância”¹⁷. Para o Partido, eles eram seres inferiores, tais quais animais colocados na natureza para suprir as necessidades básicas da casta pensante. Para Winston Smith, no entanto, eles são a casta mais livre de Oceânia, ainda que caiba a eles o papel de sustentar materialmente o Estado. Afirma Winston: “Os proletas – ocorreu-lhe de repente – haviam permanecido nesse estado. Não eram leais nem a um partido, nem a um país, nem a uma ideia: eram leais uns aos outros. [...] Os proletas haviam permanecido humanos.”¹⁸

A liberdade dos proletas consistia no desconhecimento sobre as nuances e estratégias ilógicas do partido para a dominação ideológica: permaneciam livres para pensar, ainda que não fossem convidados a fazê-lo, embora permanecessem escravos no agir, submetidos aos desmandos dos dirigentes. Subindo ainda um outro nível na pirâmide, tampouco Winston Smith e o chamado Partido Exterior é livre. A cada anúncio de redução da ração que cabe a cada membro, é necessário forjar a falsa impressão de que a vida está melhorando, enquanto na verdade se tem cada vez menos proventos alimentícios, vestuários e o que for. A vida piora, mas é preciso, por meio da alteração da verdade e do duplismo, criar a ilusão de que todos os esforços valem a pena. Eram uma massa razoavelmente esclarecida, mas ainda assim indistinta e não individualizada, todos iguais em seus macacões azuis. Quando o inimigo muda de nome, de Eurásia para Lestásia ou o contrário, trabalha-se “[...] dezoito horas por dia com dois intervalos de três horas para dormir [...]”¹⁹ no Ministério de Registros para que a verdade seja tal qual ela está. Não há de se falar em trabalho decente ou condições dignas de trabalho se a função é apagar a história numa jornada de dezoito horas. A escravidão das ideias é tal que Winston Smith chega a gostar do seu trabalho, o trabalho era “[...] o maior prazer [...]”²⁰ da vida dele.

Chegando ao topo, na elite dirigente, ainda assim, não há liberdade. Não há um comando de fato, uma elite livre que deliberadamente oprime os degraus abaixo. São todos prisioneiros das ideias e da não lógica que sustenta o sistema. Todos estão presos

¹⁷ Ibidem, p. 90.

¹⁸ Ibidem, p. 198.

¹⁹ Ibidem, p. 217.

²⁰ Ibidem, p. 58.

pelo amor ao Grande Irmão e pelo ódio ao Goldstein. Mas não há Grande Irmão ou Goldstein, há apenas um controle ideológico total, uma ideia que já se autonomizou de seus autores e se tornou o poder em si, o simbólico é o concreto e não há mais nada além disso. Smith percebe que era curioso que “[...] ele nunca tivesse ouvido um membro do Partido cantar sozinho, espontaneamente. Seria uma atitude pouco ortodoxa, uma excentricidade perigosa, como falar consigo mesmo”²¹. E ao final, O'Brien, que é a grande esperança de Smith na mudança do sistema que viesse de cima, membro do Núcleo do Partido, trai as ilusões de Smith não porque de fato decidiu livremente pela manutenção do *status quo*. O'Brien, assim como todas as outras pessoas de 1984, não conhecia uma forma diferente de existir, não se importava com os absurdos da inexistência de lógica ou verdade, tão somente porque a ideia da existência do Socing e do Partido e do Grande Irmão o dominavam e o mantinham vivo ainda.

5 PERSPECTIVA DA OIT SOBRE TRABALHO FORÇADO

Para situarmos a discussão e o papel do Estado na obra de Orwell e nas relações do trabalho, devemos, por fim, delimitar e conceituar a temática do trabalho forçado. Para isso, nos utilizaremos da OIT, que tem entre as suas convenções fundamentais uma que trata especificamente sobre o trabalho forçado. Sua Convenção 29, de 1930, dispõe sobre a eliminação do trabalho forçado ou obrigatório em todas as suas formas. Por trabalho forçado, entende-se “todo trabalho ou serviço exigido de uma pessoa sob a ameaça de sanção e para o qual não se tenha oferecido espontaneamente.”²² Interessante notar que a definição arvora para si um conceito de liberdade de ação, ou seja, que para que o trabalho não seja forçado é preciso que o trabalhador tenha tido liberdade para voluntariar-se à função que exercerá.

A discussão começa na própria conceituação do trabalho forçado. José Cláudio Monteiro de Brito Filho, no livro *Trabalho Decente*, apresenta diversas denominações tais como trabalho forçado, trabalho escravo, escravidão branca, semiescravidão, superexploração do trabalho, trabalho em condições degradantes, trabalho em condição análoga à de escravo, trabalho escravo contemporâneo, trabalho obrigatório, trabalho compulsório. Mais ainda, esse autor diferencia trabalho forçado de trabalho escravo. Para ele, este último é uma modalidade mais específica do primeiro e compreende, contemporaneamente, ao trabalho forçado nas zonas rurais. Mas não é consenso, ao

²¹ Ibidem, p. 171.

²² OIT. Convenção nº 29 - Sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório. 1º de maio, 1932, artigo 2º.

longo do livro há longas discussões terminológicas. Ficaremos com a Convenção de 29, objeto deste estudo, que apenas iguala trabalho forçado a obrigatório, e não adentra nos pormenores das diversas denominações possíveis.

Nessa convenção, são admitidas algumas exceções, que são quanto ao serviço militar obrigatório com referência a trabalhos de natureza puramente militar; trabalho ou serviço que faça parte das obrigações cívicas comuns de cidadãos; trabalho ou serviço exigido de uma pessoa em decorrência de condenação judiciária, contanto que o mesmo trabalho ou serviço seja executado sob fiscalização e controle de uma autoridade pública e que a pessoa não seja contratada por particulares, por empresas ou associações, ou posta a sua disposição; trabalho ou serviço exigido em situações de emergência, ou seja, em caso de guerra ou de calamidade ou que ponha em risco a vida ou o bem-estar de toda ou parte da população; pequenos serviços comunitários que, por serem executados por membros da comunidade, no seu interesse direto, podem ser, por isso, considerados como obrigações cívicas comuns de seus membros, desde que esses membros ou seus representantes diretos tenham o direito de ser consultados com referência à necessidade desses serviços.

Quem decide quando é possível abrir as exceções é denominado na Convenção de Autoridade Competente: “Para os fins desta Convenção, o termo "autoridade competente" designará uma autoridade do país metropolitano ou a mais alta autoridade central do território concernente”²³. Mais à frente, a Convenção explica em que situações é possível abrir as exceções:

Ressalvado o disposto no Artigo 10º desta Convenção, toda autoridade competente para exigir trabalho forçado ou obrigatório, antes de se decidir pelo recurso a essa medida, assegurar-se-á de que: a) o trabalho a ser feito ou o serviço a ser prestado é de interesse real e direto da comunidade convocada para executá-lo ou prestá-lo; b) o trabalho ou serviço é de necessidade real ou premente; c) foi impossível conseguir mão-de-obra voluntária para a execução do trabalho ou para a prestação do serviço com o oferecimento de níveis salariais e condições de trabalho não inferiores aos predominantes na área interessada para trabalho ou serviço semelhante; d) o trabalho ou serviço não representará um fardo excessivo para a população atual, levando-se em consideração a mão-de-obra disponível e sua capacidade para se desincumbir da tarefa.²⁴

Percebe-se que há um grande espaço discricionário por meio do qual é respeitada a soberania dos Estados na sua forma de demandar trabalhos de seus

²³ Ibidem, artigo 3º.

²⁴ Ibidem, artigo 9º.

cidadãos. Depois disso, a Convenção busca restringir a liberdade estatal para exigir mão de obra forçada. Entre as especificações, encontram-se: a de serem apenas homens fisicamente aptos, entre 18 e 45 anos, dispensando professores e alunos de escola primária e de funcionários da administração pública, em todos os seus níveis, respeitando um número tal que não deixe a comunidade sem chance de perpetuar-se (a proporção não pode ultrapassar 25%), no artigo 11; de que o período máximo não ultrapassará 60 dias por período de doze meses, incluídos nesses dias o tempo gasto, de ida e volta, em seus deslocamentos para a execução do trabalho, no artigo 12; quanto ao horário, remuneração, repouso, indenização e condições de deslocamento para o exercício da função de pessoas submetidas a trabalho forçado ou obrigatório, nos artigos 13, 14, 15 e 16.

5 CONCLUSÃO: AS PERSPECTIVAS DA OIT E DE ORWELL SOBRE LIBERDADE E TRABALHO LIVRE

Não há liberdade em 1984. “Liberdade é Escravidão”, é o que reza o lema do partido. Para a OIT, retomando seus conceitos, o trabalho é considerado forçado quando é “exigido de uma pessoa sob a ameaça de sanção e para o qual não se tenha oferecido espontaneamente”²⁵. Essa concepção refinada de liberdade implica dizer que só é trabalho livre aquele para o qual o indivíduo se dispôs, espontaneamente, a fazê-lo. Implica dizer que só é pensável o trabalho livre na existência de uma liberdade de ação.

Em todo esse trabalho, buscou-se apresentar as formas pelas quais o Partido mantém os que estão sob sua tutela controlados e vigiados a cada passo. Nada é feito sem a sua anuência, nenhum passo é dado sem que dele tenha se certificado a teletela ou a Polícia das Ideias. Se, como está comprovado, não há liberdade no sistema, logo todos são escravos da ideologia por trás do Grande Irmão. E, uma vez não livres para agir, tampouco são livres para o exercício de qualquer função. São todos escravos, do mais alto escalão aos apátridas dos territórios limítrofes. Diz O'Brien:

A realidade existe na mente humana e em nenhum outro lugar. Não na mente individual, que está sujeita a erros e que, de toda forma, logo perece. A realidade existe apenas na mente do Partido, que é coletiva e imortal. Tudo o que o Partido reconhece como verdade é a verdade. É impossível ver a realidade se não for pelos olhos do Partido.²⁶

²⁵ Ibidem, artigo 2º.

²⁶ ORWELL, op. cit., p. 292.

Se não é possível chegar à verdade e à realidade por meio de um exercício subjetivo, não há que se falar em liberdade. São todos, grandes ou pequenos, membros de uma coletividade vazia de significação moral, alienados e escravos da ideia e do símbolo que culmina na figura do Grande Irmão.

REFERÊNCIAS

- BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. *Trabalho decente: análise jurídica da exploração, trabalho forçado e outras formas de trabalho indigno*. São Paulo: Ltr, 2004.
- FIGUEIREDO, Carolina Dantas de. Da utopia à distopia: política e liberdade. *Revista Eutomia*, Ano II, nº 1 p. 324-362, 2003.
- OIT. *Convenção nº 29 - Sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório*. 1º de maio, 1932.
- ORWELL, George. 1984. Tradução Alexandre Hubner, Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- PALO NETO, Vito. *Conceito jurídico e combate ao trabalho escravo contemporâneo*. São Paulo: Ltr, 2008.
- SANTOS, Rodrigo Fernando Assis dos. *O conceito de língua/linguagem em 1984 de Orwell*. Dissertação (Mestrado) - Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.